



**LEI COMPLEMENTAR Nº: 1346 DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.**

***DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR REPASSADA PELA UNIÃO FEDERAL AO MUNICÍPIO DE BALDIM/MG, VISANDO DAR CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 14.434, DE 4 DE AGOSTO DE 2022.***

O Prefeito do Município:

Faço saber que a Câmara Municipal de Baldim/MG, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta lei regulamenta no âmbito do Município de Baldim/MG, o valor adicional repassado pela União Federal a este Município a título de Assistência Financeira Complementar, visando dar cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022.

**Art. 2º** A Assistência Financeira Complementar – AFC, transferida pela União não implica em aumento automático de outras parcelas ou vantagens remuneratórias, mas será incorporada aos vencimentos ou às remunerações dos profissionais contemplados na extensão do quanto disponibilizado, a esse título, pela União, enquanto durar os repasses.

**Art. 3º** Compete a União custear, nos termos da Emenda Constitucional nº 127, de 22 de dezembro de 2022, os valores a título de Assistência Financeira Complementar para atingimento do piso salarial, não sendo repassada essa responsabilidade de forma automática ao Município, estando este desobrigado do seu cumprimento em caso de não custeio pela União.

Parágrafo único. A complementação repassada pela União não se aplica aos servidores inativos, considerando que o custeio financeiro destes profissionais não constitui despesa com ações e serviços de saúde segundo Lei Complementar nº 141/2012.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
18.116.129/0001-25  
Uma Nova Cidade Para Todos!



Art. 4º O pagamento da diferença salarial a título de complementariedade da União para fins de atingimento do piso, não altera o Regime Jurídico dos respectivos servidores previstos na Lei Municipal nº 1.059/2011.

Paragrafo único. Permanece inalterada a legislação que fixa a remuneração e o vencimento base dos servidores nos termos da Lei Municipal nº 1.059/2011.

Art.5º Os valores repassados a título de Assistência Financeira Complementar da União, serão destacados no contracheque dos profissionais com rubrica específica.

Art.6º As despesas decorrentes dos pagamentos da AFC aos servidores do Município correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art.7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de maio de 2023.

Prefeitura Municipal de Baldim/MG, 25 de outubro de 2023.

*Fabrcio Andrade Magalhães*  
FABRÍCIO ANDRADE MAGALHÃES  
PREFEITO MUNICIPAL

<b>PUBLICADO</b>
Data <u>25 / 10 / 2023</u>
Local: <u>Baldim de Minas</u>
Ass: <u>[Assinatura]</u>
Nome: <u>[Assinatura]</u>